



PROPOSTA DE MOÇÃO N.º 2 DEFENDER A PAZ, DIZER NÃO À GUERRA!

O 14.º congresso acompanha a afirmação de que “não escolhemos o tempo em que vivemos, só escolhemos como reagimos contra a barbárie”, e é de barbárie o tempo presente. Tempo em que a Escola, mas sobretudo nós, professores e educadores, não podemos deixar de intervir.

Como já no séc. XVII escreveu o Padre António Vieira: *“É a guerra aquele monstro que se sustenta de fazendas, de sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que, ou se não padeça ou se não tema; nem bem que seja próprio e seguro”.*

São os trabalhadores e os povos as principais vítimas das guerras. A destruição das fábricas, das escolas, dos hospitais, das vias de comunicação, das infraestruturas e dos recursos naturais afeta sobretudo a vida dos que vivem do seu trabalho, mas também a vida de todos os que lutam pela sobrevivência diária, e são tantos os que no mundo o fazem diariamente. Na Europa, tendo ainda em memória guerras, como a Segunda Guerra Mundial ou a guerra na Jugoslávia, assistimos agora à catástrofe que vive o povo da Ucrânia, e ficam as perguntas: - Para quando o fim de todas as ações militares, da violência e da repressão? - Para quando o retorno seguro e incondicional de todos os deslocados e refugiados?

Para além da guerra na Ucrânia, mais recente e mais próxima, não esquecemos também a situação dos povos da Palestina, Iraque, Líbia, Síria, Iémen, Afeganistão, Líbano, Mali, República Centro Africana, do Sahara Ocidental ou do Curdistão, entre outros. Não esquecemos a situação da América Latina, porque todos os povos merecem ser respeitados e devem poder decidir o seu futuro. Sublinhamos “todos os povos”, mesmo os que estão fora da agenda mediática, os propositadamente esquecidos, mas igualmente vítimas da política da cobiça e rapina das grandes potências, devido aos recursos naturais que possuem.

Como disse Saramago, numa manifestação realizada em Madrid, em 16 de março de 2003, aquando da guerra no Iraque: *“A terra pertence aos povos que a habitam, não àqueles que — com o pretexto de uma representação democrática descaradamente perversa — os exploram, manipulam e enganam. (...)” Não somos tão ingênuos para acreditar numa paz eterna e universal, mas se nós, os seres humanos, somos capazes de criar ao longo da história belezas e maravilhas que a todos dignificam e engrandecem, então, é tempo de lançarmos mão da mais maravilhosa e formosa de todas as tarefas: a incessante construção da paz. Contudo, que essa paz seja a paz da dignidade e do respeito humano, não a paz de uma submissão e uma humilhação que por muitas vezes vêm disfarçadas sob a máscara de uma falsa amizade protetora (...) Sem a paz, sem uma autêntica paz, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos — todos eles, um por um — a democracia não será nada mais do que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma zombaria”.*

Somos contra a guerra, contra bloqueios e ingerências. Não há circunstâncias que justifiquem a opção pela guerra.

Por isso, os/as professores/as, educadores/as e investigadores/as, reunidos/as no 14.º Congresso Nacional dos Professores, apelam:

- a que se abram canais para o diálogo diplomático, e que os governos da Ucrânia e da Rússia consigam, pela via do diálogo, estabelecer acordos que assegurem a paz na região;
- a que o Governo português atue no quadro da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente com o seu art.º 7.º, no respeito pela Carta das Nações Unidas e pela Ata Final da Conferência de Helsínquia;
- a que o respeito pelos povos, soberanias e Direito Internacional vigorem sobre unilateralismos, recolocando a ONU na sua função moderadora e de garante da paz;
- a que as comunidades educativas se mobilizem no apoio aos Povos sujeitos a agressões ilegítimas contra a sua soberania e o seu direito a decidirem sobre os seus próprios destinos.

NOTAS:

Padre António Vieira - Sermão histórico e panegirico nos anos da Rainha D. Maria Francisca de Saboia, 1668
José Saramago - revista "Princípios", n.68, Fev. - Abr. 2003, págs. 60 e 61

Viseu, 14 de maio de 2022

O 14.º Congresso Nacional dos Professores

Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

RESULTADO DA VOTAÇÃO

Abstenções: |__|__|__|

Contra: |__|__|__|

A Favor: |__|__|__|